

1946

340.81

Discursos

A posse do novo Mi-
nistro da Educação e Saú-
de.

Os discursos dos Srs Cleme-
te Mariani e Ernesto de
Sousa Campos

1946

S.D.V.

A POSSE DO NOVO MINISTRO DA EDUCACAO E SAUDE,

OS DISCURSOS DOS RS. CLEMENTE MARIANI E ERNESTO DE SOUSA CAMPOS

Realizou-se ontem, pela manhã, a cerimônia da posse do novo titular da pasta da Educação e Saúde, Sr. Clemente Mariani.

A POSSE

O ato teve lugar no Palácio Guanabara às 9,30 horas, perante o Presidente Eurico Gaspar Dutra, tendo sido assistida pelos Ministros da Justiça e do Trabalho, além dos membros dos gabinetes civil e militar da Presidência da República e numerosos parlamentares.

COM O PENSAMENTO VOLTADO PARA A BAIÁ

Ainda no Palácio Guanabara, o Ministro Clemente Mariani fez a seguinte declaração:

"Ao assumir a pasta ministerial da Educação e Saúde, o meu pensamento se volta para a Baía, cujo povo generoso, honrando-me ainda uma vez com a sua confiança, me ensejou essa oportunidade de servir ao meu país, em posto de tanto relevo. Tudo farei por corresponder a responsabilidade do encargo."

A TRANSMISSÃO DO CARGO

A transmissão do cargo realizou-se às 10,30 horas no salão de honra do edifício-sede do Ministério da Educação, com a presença do Ministro demissionário, professor Ernesto de Sousa Campos.

Compareceram à solenidade numerosas pessoas que enchiam literalmente aquele local, destacando-se entre os presentes, além do representante do Presidente da República, Cel. Gilberto Marinho, os Srs. Mereu Ramos, Vice-Presidente da República; prof. Honório Monteiro, presidente da Câmara dos Deputados; representantes de Ministros de Estado e altas autoridades civis e militares; Otavio Mangabeira e outros parlamentares baianosse de diversos Estados; reitores e professores das Universidades do Brasil e Católica do Rio de Janeiro; diretores e chefes de serviços do M.E.S., inclusive estudantes e figuras de projeção da sociedade.

A solenidade foi iniciada com o discurso do professor Ernesto de Sousa Campos, tendo em seguida o Ministro Clemente Mariani pronunciado uma oração, que, como a do seu antecessor, foi aplaudida vivamente pelos presentes que, após a cerimonia, apresentaram ao novo Titular da pasta da Educação e Saúde os seus cumprimentos.

DISCURSO DO PROFESSOR ERNESTO DE SOUSA

CAMPOS

É o seguinte o discurso do ex-ministro Sousa Campos:

Genêro.

Convidado espontaneamente, por honrosa confiança do Sr. Presidente da República, assumi a pasta da Educação e Saúde em fevereiro do corrente ano.

Dedicando-me, há vinte e cinco anos, exclusivamente ao tratamento dos problemas educacionais, hospitalares e das moléstias infecciosas, por pendor natural e pela natureza da cátedra que me honro de ocupar na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, tenho colaborado ativamente no estudo de tais problemas pela ação, pela palavra escrita e falada e observação das atividades similares no estrangeiro, vistas através de viagens devotadas a estes propósitos, que me proporcionaram farta colheita de material bibliográfico, julguei-me autorizado a aceitar a difícil missão de cuidar da educação e da saúde em país de tão grande extensão territorial e tão fracos meios de transportes e penetração.

Afeito, por longo tirocínio, aos trabalhos que se congregam no Ministério da Educação e Saúde, aí compreendidos os bibliográficos e artísticos, que me interessam particularmente, e tendo, além disso, participado dos numerosos debates que se têm travado em torno das questões em apreço, é evidente que teria um programa, seguindo, aliás, as normas traçadas pelo General Eurico Gaspar Dutra, em sua campanha eleitoral. Aprovado pelo Sr. Presidente da República, este plano foi logo pôsto em execução. Realmente, a meditação sobre estes assuntos levou-me a convicção de que no Brasil devemos cuidar primeiramente dos problemas fundamentais, traçados com simplicidade e objetivação, sem o aparato tão atraente e tão louvado de obras suntuárias que, avultando aos olhos do público, dão crédito popular ao administrador.

EDUCAÇÃO

Finhamos, portanto, o olhar voltado, principalmente, para o ensino primário, no campo da educação e para a criança, a tuberculose e a malária, nos domínios da saúde pública.

Urgia, também, expandir a cultura universitária e fortalecer o ensino de segundo grau, que é o formativo da nacionalidade e, por isso, o mais importante para o futuro da nação.

Estávamos, porém, em um período de compressão de

despesas, orientação patriótica e indispensável ao combate à inflação.

Não era possível, portanto, lançar plano de grande envergadura, diante de cortes feitos no próprio orçamento vigente. Restringimos, portanto, nossas aspirações aos recursos existentes, buscando, porém, os proventos do selo de Educação e Saúde, até então integrados na receita geral da União, escapando, de modo incompreensível, a finalidade para a qual a taxa fora criada.

Com o apoio do Sr. Ministro da Fazenda, na época, o Dr. Gastão Vidigal, e a aprovação do Sr. Presidente da República, foi aberto um crédito especial, correspondente à meta de do valor da taxa, no corrente ano, de Cr\$ 31.000.000,00.

Voltando nossas vistas para o Fundo Nacional do Ensino Primário, que nos dois anos de sua criação rendera Cr\$ 34.855.823,10, conseguimos reunir a soma de Cr\$ 65.855.823,10, desde logo destinada ao ensino primário, em sua totalidade.

Acusam as estatísticas mais de 2.300.000 crianças brasileiras sem escolas, contando-se a idade escolar de 7 a 11 anos. Considerando o período ainda admissível de 7 a 14 anos, revelam estes dados mais de 6.000.000 nas mesmas condições. Por outro lado, verifica-se a situação alarmante de que a criação de escolas primárias não corre proporcionalmente ao aumento da população escolar de cada ano.

Assim, estes números, tão elevados, iriam crescendo com o correr dos anos, tornando cada vez mais difícil a solução do problema.

Estabelecemos, por isso, um plano simples de escolas rurais em terreno de boa amplitude, capaz de facultar ensino agrícola elementar entrosado no programa escolar. Escolas com a casa da professora anexa e edificadas de acordo com os materiais disponíveis na localidade.

A par dessa rede escolar primária, outra para a formação da regente, ou professora rural, com residência para os alunos, a fim de preparar as moças residentes na região, evitando-se a normalista da cidade, desinteressada do seu magistério, preocupada apenas em fazer estágio para voltar aos grandes centros urbanos.

Enfim, um plano de escolas para o campo de onde vem a maior parte das rendas para os cofres públicos.

Os projetos de construção e distribuição dos auxílios foram rapidamente concluídos. Iniciaram-se as obras com toda a celeridade, nos Estados e Territórios brasileiros, estando alguns dos prédios em fase de acabamento. Os novos prédios, em número de 1.108, foram localizados nas zonas de maior "deficit" escolar e ao longo das fronteiras. Vários já foram inaugurados no Pará, Amapá, etc.

O estímulo foi grande, pois particulares, Estados e Municípios empenharam-se em atividades paralelas, abrindo-se mais 481 (1) escolas, de Fevereiro para cá.

Eis, pois, que teremos, no próximo ano escolar mais 1.589 escolas primárias no Brasil, ou quasi 200 escolas por mês, a contar de Fevereiro.

(1) Este número já foi aumentado.

Não se limitou a nossa ação (minha e do Dr. Murilo Braga) a estas realizações. Procuramos obter maiores recursos financeiros para ampliar o programa. Daí o aumento da contribuição do selo da Educação, que passou de quarenta e oitenta centavos, reservando-se a metade para o ensino primário e uma quarta parte para a campanha contra a tuberculose.

Solicitamos, em adiantamento, a soma relativa à provável arrecadação do selo, correspondente ao presente ano, com o intuito de preparar mais escolas rurais de regentes de ensino rural, mas teremos de nos conformar com seu recebimento no próximo ano. Mais de Cr\$ 100.000.000,00 haverá, para o próximo ano.

Procurando ampliar os meios destinados à educação, colaborei com o ilustre Deputado Gustavo Capanema, na redação da emenda destinada a formar o capítulo da educação e cultura na Constituição brasileira, onde se fixaram percentagens animadoras para manutenção e desenvolvimento do ensino, mas bases de 10% e 20%, por parte da União, Estados e Municípios.

O Dr. Murilo Braga, na sua inestimável dedicação e como fruto do seu conhecimento da situação grave do ensino primário, tem se articulado com nossos dignos parlamentares para obter verbas orçamentárias de certo corpo para que, somadas às outras, facultem ação de maior volume, capaz de produzir 2.000 a 3.000 escolas primárias no próximo ano, a serem distribuídas aos Estados e Territórios do país. A Câmara dos Deputados já aprovou a soma superior a Cr\$ 50.000.000,00 a ser acrescida aos números acima indicados.

Está, assim, lançado um programa objetivo, ali - cercado pelas atuais realizações e financiado pelas respectivas que se abrem para o ano de 1947 e seguintes:

Cuidamos, porém, paralelamente, do ensino superior e universitário.

Quatro novas universidades foram criadas, as quais, somadas à Universidade Católica do Rio de Janeiro, dão o total de cinco novas universidades para o ano de 1946.

A Universidade da Bahia foi fundada pelo Decreto-lei nº 9 155, de 8 de abril de 1946. Tem os seus estatutos aprovados.

A Universidade do Paraná obteve as regalias de universidade livre, equiparada pelo Decreto-lei nº 9 323, de 6 de junho de 1946. Tem os seus estatutos aprovados.

A Universidade do Recife, criada pelo Decreto-lei nº 9 388, de 20 de junho de 1946, tem Reitor Federal. Seus estatutos foram aprovados em 7 de outubro do corrente ano.

A Universidade Pontifícia de São Paulo foi constituída pelo Decreto-lei nº 9 632, de 22 de agosto de 1946.

A Universidade do Brasil teve seus estatutos remodelados e aprovados em 18 de junho do corrente ano (Decreto-lei nº 21 321).

A Universidade Católica do Rio de Janeiro teve os seus estatutos aprovados pelo Decreto nº 21 968 de 21 de outubro de 1946.

Na Universidade de São Paulo, foi dada maior amplitude aos cursos da Faculdade de Filosofia, pelo Decreto-lei nº 9 092, de 26 de março de 1946.

Estudamos e levamos à aprovação do Sr. Presidente da República os estatutos dessas seis universidades, todos aprovados.

Acha-se em estudos a criação da Universidade do Nordeste, que pretendíamos inaugurar em Fortaleza, no Ceará.

Foi, também, auspicioso o movimento relativo a novos estabelecimentos de ensino superior e de ensino comercial.

No ensino superior (Diretor: Dr. Jurandir Lodi), entraram a funcionar a Faculdade Paulista de Direito, a Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, a Faculdade de Engenharia Industrial de São Paulo, a Faculdade de Farmácia do Pará, a Escola de Enfermagem e Serviços Sociais, anexa a Faculdade de Medicina da Bahia, Escola de Belas-Artes de Pernambuco (reconhecimento), Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (reconhecimento), Escola de Enfermagem São Vicente de Paula, do Ceará. Foi concedida equiparação à Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Um projeto, já apresentado ao Congresso, estabelece as escolas de auxiliares de enfermagem, que serão de grande utilidade para o nosso país.

Vários cursos foram reconhecidos, tais como o de didática da Faculdade de Filosofia da Bahia, o de didática da Faculdade de Filosofia de Campinas, da Universidade Católica de São Paulo; o de Engenharia, de Pernambuco; o de Arquitetura, do Instituto de Belas-Artes do Rio Grande do Sul, o de Metalurgia, da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais; o de Arquitetura de Minas da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre; o de Minas e Metalurgia da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Está concluído o estudo e pronto o decreto destinado a facultar o funcionamento do curso de Jornalismo. Pelo referido decreto, será desde logo estabelecido o currículo do caso em questão.

A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo está em processo de auto-rização.

As faculdades de filosofia tiveram a possibilidade de novos rumos e ampliação, a par com o ginásio de aplicação, de importância fundamental para o preparo do magistério secundário. Criou-se a especialização no 4º ano e, em certos casos, no 5º.

Outro problema de suma importância, para os nossos estudantes, era o do C.P.O.R.

Devendo realizar-se ao mesmo tempo que os cursos superiores, seria impraticável a simultaneidade de aulas. Foram dissociados os dois cursos, com a criação de duas unidades escolares com um mês de férias de ~~permissão~~ outros nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, de modo a destacar os dois cursos, dando-lhes períodos independentes. Um decreto, elaborado pelo Ministério da Guerra, e outro, proposto pelo Ministério da Educação e Saúde, condicionaram os meios de realização destes trabalhos de educação profissional e cívico-militar.

O ensino superior está exigindo ampla reforma, pois estamos nos regendo ainda pelo Decreto nº 19 851, de 11 de abril de 1931.

O projeto de lei de reforma do ensino superior, por nós elaborado e que ora se encontra em estudos, na Câmara,

está estabelecido em moldes amplos, dando maior autoridade às instituições de ensino, cujas congregações têm, certamente, o maior empenho em elevar o valor da sua própria obra.

Já evoluímos suficientemente para esta amplitude de ação com a libertação de um ensino assás burocratizado. Não considero razoável nem conveniente ao país uma padronização, que obrigaria tôdas as universidades e estabelecimentos de ensino superior isolados a se colocarem na mesma exata medida. Basta um rápido exame do que se passa em outros países, vanguardeiros da civilização atual, para verificar-se que esta padronização não existe. Seria impossível padronizar as grandes profissões liberais, como impossível seria, também, padronizar a cultura. E, em um país de tão extensa área territorial, de tão variado desenvolvimento, nas duas diversas regiões, cada uma com seus problemas peculiares, seria desvantajoso estabelecer um modêlo a ser aplicado a todos os casos.

Eis porque a lei pretendida para guia do ensino superior no Brasil tomou a feição de uma orientação geral, fixando as diretrizes principais, as condições mínimas e permitindo adaptações para os casos concretos, dentro da realidade brasileira.

O projeto apresentado faculto os cursos de após-graduação, que tão alto êxito têm conseguido nos países em que foram instituídos, sem, entretanto, acarretar sua obrigatoriedade. Pelo aludido projeto é também permitido o estágio, tão reclamado pelos educadores para determinados sectores da educação superior.

Estabelece ainda o projeto o seminário, como fator de fundamental importância para o ensino: condiciona o princípio do currículo mínimo. Determina duas unidades letivas de igual duração para cada ano, em correlação com os trabalhos do C.P.O.R., assinala a necessidade do calendário escolar, instituído em relação ao número de horas mínimas para cada curso e não em função de dias e meses, que em consequência de feriados e outros motivos não permitem realização dos programas previstos; regula a livre-docência e o regime de tempo integral; institui a carreira de professor em quatro graus, a saber: instrutor, assistente, professor adjunto e professor catedrático; faculto às Universidades o direito de possuírem estabelecimentos de ensino de grau secundário; coloca o problema de frequência em novos termos, institui a assistência ao estudante.

No ensino comercial (Diretor: Dr. Lafaiete B. Garcia), 68 novas casas de ensino obtiveram verificação prévia e inspeção.

No ramos do ensino de segundo grau (Diretora: D. Lúcia Magalhães), impunha-se o restabelecimento do ensino de História Natural. Quando esta cadeira foi transformada em Biologia, simplesmente, com exclusão dos estudos de geologia e mineralogia, apresentei documentado memorial contra esta prática, que afastava da nossa juventude o conhecimento de disciplinas de tão alta importância para a cultura geral e, principalmente, em nosso país, onde se deve dar aplicação especial a êstes ramos das ciências naturais. Por outro lado, ficava essa cadeira de Biologia em desacôrdo com a secção de História Natural, onde se preparam os professores secundários da especialidade.

Assim, o Decreto-lei nº 9 053, de 17 de março de 1946, restabeleceu o curso tradicional, com aplausos dos professores.

Considerando que o ensino secundário exige debates no sentido de se obter o seu melhoramento, constitui uma comissão, que apenas iniciou os seus trabalhos.

Muito animador foi o movimento relativo ao ensino secundário, pois foram examinados e reconhecidos 187 (1) novos estabelecimentos de ensino.

O registo de diplomas era objeto de minha preocupação, mesmo antes de assumir a pasta. É indispensável que os diplomados possam logo exercer a sua profissão, por motivos do seu interesse particular e da nação, que vive da atividade dos seus filhos.

O esforço e dedicação dos chefes de serviço e seus auxiliares permitiu que, sem aumento de pessoal, se elevasse para 5 096 o numero de registos no ensino comercial. No ensino superior ocorreram 3 096 registos que, somados aos da Junta Especial do Ensino Livre, dão um total de 3 633. A operosa e competente Diretora do Ensino Secundário, D. Lúcia Magalhães, traçou a consolidação das leis do aludido ramo do ensino.

O Colégio Pedro II, cujos Externato e Internato são dirigidos, respectivamente, pelos Professores George Sumner e Clóvis do Rêgo Monteiro, mereceu tóda a minha atenção, embora não me tenha sido possível fazer por esta casa de ensino o que realmente ela merece.

Para conhecer de perto as necessidades regionais, realizei algumas excursões ao norte e sul do país, percorrendo os Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo (zona norte), Rio de Janeiro (Capital), Baía e Pará.

(1) Este número aumentou.

Na Saúde Pública (Diretor Geral: Dr. Roberval ~~Co-~~
~~deiro de Farias~~), impunha-se uma campanha contra a tuberculo-
so. Em período epidêmico, o mal vem causando grande morbidade
e mortalidade. Corroendo a população dos grandes centros ur-
banos, determinando a perda de muitas vidas, afeta ainda de
preferência o período em que o homem melhor produz. Não se
trata, portanto, somente de um problema de ordem sentimental
e sim de ordem econômica em que o Estado sofre os maiores da-
nos. Perde a produção de um bom número de seus filhos, paga
aposentadorias numerosas a seus servidores adoecidos e ainda
tem de construir e manter leitos em ordem crescente. Doentes
em estado avançado, já tendo contaminado pessoas sãs, vão pa-
ra o hospital, para morrer.

A campanha deveria, pois, ser conduzida no sentido
de uma ação profilática pelo exame abreugráfico do maior núme-
ro de indivíduos, para isolar e tratar aqueles em que o mal
desponta, poupando suas vidas e o contágio que mais tarde iri-
am produzir.

Em São Paulo, um técnico, de excepcionais qualidades
morais e científicas, pugnava por estes princípios. Era o
Prof. Rafael de Paula Sousa, catedrático de fisiologia da Fa-
culdade de Higiene da Universidade daquele Estado. Não se re-
cusou o abnegado colega a abandonar sua clínica e seus inte-
rêsses em São Paulo para assumir a direção do Serviço Nacio-
nal de Tuberculose do Departamento Nacional de Saúde. Em pou-
cos meses, foi traçado o programa consubstanciado no Decreto-
lei n. 9 387, de 20 de Junho último. Por esse Decreto-lei, foi
estabelecida a campanha. O Serviço Nacional de Tuberculose es-
tudou a articulação dos seus serviços com o Ministério do Tra-
balho, de que resultou um projeto em vias de aprovação legal.

No que se refere a malária (Diretor: Dr. Mario Pinot-
ti.), os trabalhos de defesa sanitária processaram-se intensa-
mente. Neste ano de 1946, foram destruídos mais de 11 000 000
de bromeliáceas, correspondendo a uma superfície superior a
31 000 000 de metros quadrados. Em entendimento com o Minis-
tério da Agricultura, foram iniciados trabalhos de derrubada
das matas nas partes mais atacadas com reflorestamento de ár-
vores úteis e não suscetíveis ao epifitismo.

Continuou o combate direto aos mosquitos transmisso-
res, em suas fases aquática e alada.

O D.D.T., que tanto sucesso vai alcançando no comba-
te ao mosquito, foi aplicado em trabalhos de experimentação
de grande amplitude, sob rigoroso controle técnico, em Enge-
nheiro Dolabela (Minas Gerais), Ilha do Mel (Paraná), Ilha Gua-
ratiba e Escola Nacional de Agronomia; e com finalidades pro-
filáticas, nos setores do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Pa-
raíba, Bahia, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina. Pedi-
mos agora um largo crédito para o Rio São Francisco.

As obras de pequena hidrografia, para saneamento e
luta contra o mosquito, representaram mais de 30 000 metros
de canais e valas ao mesmo tempo que prosseguiram os repasses
periódicos de quase 2 000 000 de metros lineares de cursos de
água e de mais de 1 000 000 de drenos superficiais da vasta
rede hidrográfica, sob a responsabilidade do Serviço Nacional
de Malária.

Em relação à assistência medicamentosa contra a malá-
ria, foram empregados quase 2 000 000 de comprimidos de espe-
cíficos anti-malaricos.

Um grande passo foi dado com a criação do Instituto
de Malariologia, pelo atual governo. Uma obra de grande alcan-
ce acaba de ser proposta: o emprêgo do "Aralem", na base de
1 g por adulto, por intermédio das agências do correio, para
cura clínica da malária. Pedimos Cr\$ 7 500 000,00 para curar
5 000 000 de impaludados. O Congresso Nacional deu Cr\$
10 000 000,00 para o "Aralem" e mais Cr\$ 20 000 000,00 para os
outros serviços de malária, além de Cr\$ 10 500 000,00, para o
serviço hidrográfico. O Dr. Mario Pinotti é um admirável e
operoso Diretor.

O Serviço Nacional do Câncer (Diretor: Dr. Mário Kroeff) estava funcionando em condições inícríveis, na rua Conde de Lage, num casarão em ruínas, em precárias condições de estabilidade, pelo desmoronamento de trechos de mórro, carregados pelas enxurradas. Era indispensável sua transferência imediata, o que já se efetuou. Ocupa, agora, esse Serviço, uma dependência do Hospital da Fundação Gaffree-Guinle, para tal fim adaptada e reformada com recursos tirados das próprias verbas do Ministério, sem obtenção de crédito suplementar. As despesas orçaram em cerca de Cr\$ 8 000 000,00.

A Divisão de Organização Hospitalar (Diretor: Dr. Teófilo de Almeida) continua na sua função normativa, preparando plantas e modelos para hospitais, atendendo, ainda, a consultas. Seus inspetores médicos visitaram 243 municípios e inspecionaram 349 hospitais.

A referida Divisão tomou parte no 1º Congresso Interamericano de Medicina, apresentando trabalhos e excelente exposição de suas atividades técnicas.

Pelo Decreto-lei n. 9 846, de 12 de Setembro deste ano, foi criado o Fundo de Assistência Hospitalar (Casas de Misericórdia), que será constituído mediante a incidência do imposto de 5% sobre o consumo de álcool. Desse imposto deverão ser arrecadados, anualmente, segundo se espera, cerca de Cr\$ 25 000 000,00.

A Divisão de Organização Sanitária (Dr. Amílcar Barca Pellon), pela sua Secção de Administração Sanitária, executou o aprestamento de diversas unidades, por conta da União, nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Estado do Rio, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, despendendo, para isto, Cr\$ 1 500 000,00.

A Secção de Doenças Transmissíveis prosseguiu com toda eficiência, as campanhas contra as doenças venéreas, a bouba, o tracoma, a esquistosomose, as febres de grupo tífico, a disenteria, a coqueluche e a difteria.

A Secção de Engenharia Sanitária, dados os poucos recursos de que dispõe, não pode dar conta das suas inúmeras e importantes atribuições, limitando-se mais a trabalhos de cooperação com as organizações estaduais de engenharia e saneamento.

O Serviço Nacional de Febre Amarela (Diretor: Dr. Valdemar Antunes) desenvolveu os seus trabalhos nas suas várias secções: antiestegômica, de viscerotomia, de epidemiologia, de vacinação, de entomologia, de cooperação com os países sul-americanos.

Tendo comparecido, em Julho do corrente ano, ao Comitê de Quarentena da UNRA, reunido em Nova York, conseguiu o Diretor do mencionado Serviço que, na delimitação das zonas endêmicas de febre amarela silvestre do Brasil, fossem excluídas extensas regiões abrangendo os Estados de Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, revogando-se, dest'arte, anterior decisão daquele Comitê.

O Serviço Nacional de Lepra (Diretor: Dr. Ernâni Agrícola), no primeiro semestre deste ano, examinou 10 350 pessoas, das quais 395 foram fichadas como leprosas, 77 como suspeitas, tendo sido fichadas 2 767 comunicantes.

Vem efetuando o Serviço o "censo intensivo" em um município, segundo as recomendações do último congresso internacional, realizado no Cairo.

No primeiro semestre deste ano, empenhou-se o Serviço Nacional de Lepra na ultimação do regulamento da campanha contra a lepra no Brasil, com a cooperação de várias entidades especializadas e no intuito de dar uniformidade aos trabalhos de combate a lepra.

O Serviço Nacional de Peste (Diretor: Dr. Almir Castro), em trabalho sistemático de profilaxia nas zonas perigosas, realizou mais de 39 000 ciclos de trabalhos em sítios e localidades, envolvendo medidas de desratização e desfulização e anti-ratização.

O Serviço de Saúde dos Portos (Diretor: Dr. José Caracas), ao qual cabe proceder a visita sanitária em embarcações, aeronaves, passageiros e tripulantes, promovendo as medidas que se fizerem necessárias, assim como cooperar com os serviços sanitários terrestres, no sentido de evitar a propagação de doenças transmissíveis e superintender os serviços médicos e sanitários da marinha mercante brasileira, tomou as medidas aconselháveis a manter imunes os nossos portos, por ocasião da ocorrência de doenças surtos epidêmicos de paralisia infantil em Miami e em Buenos Aires, e da verificação, no Parana, de um caso de Weichselbaum.

O Serviço Nacional de Doenças Mentais (Diretor: Dr. Adauto Botelho), não obstante os embaraços resultantes de verbas insuficientes, trabalhou com esforço para satisfazer suas finalidades.

Os Estados vão agora recebendo recursos para construção de hospícios. Em 14 de novembro, Alagoas, Paraná e Rio Grande do Norte obtiveram Cr\$ 1 000 000,00 cada um. Vão agora receber outros Estados.

O Serviço Nacional de Educação Sanitária (Diretor: Dr. Abelardo Marinho), distribuiu 72 000 publicações, fez 200 projeções de filmes, atendeu a 8 000 pedidos de publicações, redigiu 180 tópicos sobre saúde, forneceu quase 1 500 000 cópias de preceitos higiênicos, realizou 311 palestras e completou mais de 40 horas de irradiação de educação sanitária.

O Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina (Diretor: Dr. Luís Salgado Lima Filho) prosseguiu na sua luta contra as especialidades farmacêuticas falsificadas.

É indispensável que o Congresso Nacional elabore lei estabelecendo rigorosíssimas medidas contra os inescrupulosos fraudadores de medicamentos e que dote o Ministério de um laboratório de controle, para maior eficiência no serviço de inspeção.

O Serviço de Biometria Médica (Diretor: Dr. Gavião Gonzaga), pela nova organização que lhe foi dada em fevereiro deste ano, depois de terem sido dele retirados os serviços de assistência social, que passaram para os diversos Ministérios, teve sua ação quase que limitada as inspeções de saúde dos funcionários públicos, para fins de aposentadoria. O montante desse Serviço, até 30 de setembro p. findo, atingiu a 411 inspeções.

O Serviço Federal de Bioestatística (Diretor: Dr. Eder Jansen de Melo), desempenhou seus serviços de rotina, registrando as ocorrências, trabalhando no levantamento da bioestatística nacional e da estatística nosocomial, e publicando as informações sobre as principais causas de morte nas capitais brasileiras.

Durante estes sete meses, o Departamento Nacional de Saúde realizou cursos sobre nutrição, organização e administração sanitárias, de tracoma, de malária, de doenças venéreas, de técnicos de laboratório, de higiene mental e de psiquiatria clínica.

O Departamento Nacional da Criança (Diretor: Dr. M. C. Braga Neto) mereceu o mais acentuado cuidado. Vaga a sua direção, pela aposentadoria do seu ilustre organizador, o Dr. Clinto de Oliveira, a quem o Brasil deve relevantes serviços, foi o Departamento entregue ao Dr. Braga Neto, ligado a este genero de trabalhos desde os tempos de sua vida acadêmica.

Releva salientar o entrosamento do Departamento com a Legião Brasileira de Assistência, de que o Dr. Braga Neto é atualmente Vice-Diretor.

No ano de 1946, o Departamento Nacional da Criança forneceu auxílio técnico e financeiro aos seguintes Estados: Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Rio Grande do Sul.

A verba do presente ano, que foi de Cr\$ 6 000 000,00, passará, no ano vindouro, a Cr\$ 20 000 000,00. Com a ajuda da Legião Brasileira de Assistência e os recursos votados, poderá ter maior incremento o auxílio à criança brasileira.

A proteção à criança é um empreendimento merecedor do maior apoio da nação brasileira.

CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS E OUTRAS ATIVIDADES

Diversos congressos e conferências, de âmbito interamericano, foram realizados dentro do conceito de que as campanhas de saúde pública, em sua maioria, devem ser consideradas sob o aspecto continental e não como obra parcial de cada país.

Tivemos o Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária, que se processou com o maior sucesso, revelado pelos telegramas recebidos dos mestres estrangeiros que participaram dos seus trabalhos.

O Congresso Interamericano de Medicina, realizado sob os auspícios da Academia Nacional de Medicina e do Ministério da Educação e Saúde, obteve êxito extraordinário, reunindo, na capital da República, mais de 500 congressistas de todas as partes da América, participando do certame o notável cientista europeu, Sir Alexander Fleming, descobridor da penicilina.

Foi este o 1º Congresso Interamericano de Medicina. O 2º Congresso Interamericano de Leprosia realizou-se nesta capital, também sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde.

O Congresso de Tuberculose, efetuado na Baía, teve o concurso do Ministério, ao mesmo tempo comparecendo o professor Rafael de Paula Sousa, Diretor do Serviço Nacional de Tuberculose.

O Instituto Osvaldo Cruz (Diretor: Prof. Henrique B. Aragão) recuperou sua autonomia, passando a constituir um órgão diretamente subordinado ao Ministro. Assumiu, assim, a posição que tinha ao tempo em que foi fundado e dirigido por Osvaldo Cruz e, em seguida, por Carlos Chagas. Durante sete anos tinha ficado subordinado ao Departamento Nacional de Saúde e, recentemente, a Universidade do Brasil.

As atividades do Instituto Osvaldo Cruz, em 1946, tiveram o mais amplo desenvolvimento, devido ao grande entusiasmo de seus técnicos, em consequência de sua libertação e também em consequência de maiores verbas orçamentárias que lhe foram concedidas.

Foi intenso e útil, portanto, o trabalho que se distribuiu pelos três sectores (o científico, o de ensino e o de rotina, com suas 8 divisões e 22 secções).

O Conselho Nacional de Serviço Social (Presidente: Ministro Atauílio de Paiva) realizou, neste ano, até 15 de outubro, 87 sessões. Julgou 1 208 processos. Preparou e distribuiu 1 310 pedidos de subvenção para 1947. Prestou 260 informações ao Gabinete do Ministro.

O Conselho Nacional de Educação (Presidente: Prof. Renaldo Porchat), até 14 de outubro, emitiu 284 pareceres.

A Biblioteca Nacional (Diretor: Dr. Rubens Borba de Moraes) está sofrendo grandes reformas no seu serviço de água, eletricidade, ascensores e novos salões de leitura, que passarão a ser localizados no andar térreo, facilitando, desta arte, as consultas.

Pelo Museu Histórico Nacional (Diretor: Dr. Gustavo Barroso) foi publicado, além do 3º volume dos seus Anais, um volume intitulado "Introdução a Técnica de Museus".

O Museu da Inconfidência foi visitado por quase dez mil pessoas. Com o comparecimento do Ministro da Educação, inaugurou-se o Museu do Ouro, em Sabará, no Estado de Minas Gerais.

O Museu das Missões foi também muito frequentado.

O Museu Imperial, de Petrópolis, teve seu regulamento elaborado e aprovado. Publicou mais de dois volumes dos seus Anais.

No salão de exposição do Ministério, realizaram-se várias mostras de artes, nacionais e estrangeiras.

Para constituírem o Conselho Nacional de Desportos, foram nomeadas personalidades de grande relevo na vida desportiva do país.

O Instituto Nacional do Livro (Diretor: Dr. Augusto Meyer) registrou 357 bibliotecas novas e distribuiu 91 000 volumes. Por portaria ministerial e mediante o prévio entendimento com o Diretor do Instituto, foi ao mesmo determinado que as verbas disponíveis, não fixadas em contratos de obras em andamento, fôsem empregadas na edição de livros didáticos bem selecionados, bem impressos e bem ilustrados, a serem vendidos pelo preço de custo. Este é o meio de colocar ao alcance dos nossos jovens, fontes bibliográficas respeitáveis e eficientes.

Em relação ao Canto Orfeônico (Diretor: Maestro Heitor Vila-Lobos), foi elaborada e expedida, por Decreto-lei, a sua Lei Orgânica, seguida de instruções e programas do ensino secundário.

O Ministério inaugurou, neste ano, uma série de concertos culturais, com audições de música de câmara, organizados e dirigidos pelo Maestro Vila-Lobos.

Também sob os auspícios do Ministério e no auditório do seu edifício-sede, realizaram-se as aulas do curso de alta interpretação musical da notável pianista patricia, Professora Madalena Tagliafero.

Relativamente à Casa de Rui Barbosa (Diretor: Dr. Américo Lacombe), cumpre assinalar o prosseguimento da publicação das obras do imortal brasileiro. Aliás, para o maior apressamento de tal publicação, foi celebrado contrato com uma empresa particular, pois a Imprensa Nacional, sobrecarregada de serviço, como tem estado, nestes últimos tempos, não tem podido realizar tal empreendimento com a desejada brevidade.

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional prosseguiu nos seus importantes trabalhos de preservação e restauração do que de mais valioso existe em nosso país em matéria de arte, sendo digno de menção o acerto com que o seu Diretor, o ilustre Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, procurou resolver todas as questões para cuja solução foi chamado a intervir.

O Serviço de Documentação, a cargo do operoso e dedicado bibliógrafo patricio Antonio Simões dos Reis, empreendeu a publicação de valiosos documentários, além de diversos fascículos do mensário destinado ao fiel registro das principais atividades do Ministério, - os "Anais do Ministério da Educação e Saúde".

Não quero terminar este relatório sem deixar aqui consignado o meu reconhecimento a todo o pessoal do Ministério, que sempre me deu o mais decidido apoio e o maior conforto, trabalhando com inexcedível zelo, competência e dedicação, para que os serviços se processassem com eficiência.

O pessoal do Gabinete esmerou-se em suas atribuições, trabalhando de 8 às 20 e, muitas vezes, até além das 22 horas, para bem servir ao Brasil.

Minha gratidão é extensiva a todos os que comigo serviram, sendo-me, no entretanto, lícito destacar, dentre todos o admirável e incomparável Chefe de Gabinete, Dr. Antônio Leal Costa, homem de grande nobreza de caráter, incansável, na sua estremada dedicação, competência e bondade; o Secretário, Dr. João de Sousa Campos, que não poupou esforços para que tudo caminhasse regularmente; o Assistente técnico, Dr. Olavo de Siqueira Ferreira, sempre pressuroso e atilado; o Consultor jurídico, Dr. Omar Sampaio Dória, correto e seguro nos seus pareceres; o Dr. José Pedro Ferreira da Costa, culto e exato nos seus conceitos; o Sr. Edegard Gomes, operoso, hábil, assíduo e inteligente; o Capitão Tarso Coimbra, fidalgo e consciencioso; e o Sr. José Eugênio de Macedo Soares, prestativo e austero.

Deixo aqui os meus rendidos agradecimentos aos representantes da imprensa acreditados junto ao Gabinete. A Imprensa tratou-me fidalgamente, salvo em um ou outro tópico, resultante do açodamento das notícias. Rejubilou-me bastante pelo fato de que o meu último ato consistiu em referendar o decreto que regulamentou o curso de jornalismo.

Ministério da Educação e Saúde, 6 de dezembro de 1946.